Consulta pública do documento de 'POLÍTICA NACIONAL DE ARQUITECTURA E PAISAGEM'

Parecer do ICAAM

Indique o seu nome.	ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas
Indique o seu endereço de correio eletrónico (email).	icaam@uevora.pt
Indique a sua atividade Profissional.	Conjunto de investigadores nas áreas da agronomia, engenharia florestal, ecologia, geografia, etc
Contributos relativamente ao Capítulo 2 - Enquadramento	<p>Este âmbito está definido sobre o pressuposto que “a Arquitectura e a Paisagem são duas disciplinas distintas, que se devem complementar numa intervenção territorial equilibrada, no quadro do Ordenamento do Território e o Urbanismo, capaz de promover a qualidade ambiental, o património construído e a identidade dos lugares”. Num país onde cerca de 90% do território é classificado como rural segundo a OCDE, e em que a larga maioria do território está ocupada por agricultura e floresta, não se compreende como se pretende atingir a qualidade ambiental e a identidade dos lugares, sem interligar neste âmbito as actividades económicas e os processos socio-económicos que condicionam a gestão da paisagem no quotidiano, a várias escalas de governança – ou seja, a agricultura, a gestão florestal, o turismo e o recreio, os sistemas ecológicos que os suportam e os processos sociais que condicionam a decisão – numa perspectiva socio-ecológica. Ou será que esta política é uma política da Paisagem Urbana e da Arquitectura? Sendo uma Política Nacional para a Arquitectura e a Paisagem, toda a sua construção está alicerçada numa base frágil, porque extremamente limitada. Para um “crescimento de base territorial sustentável, inteligente e inclusivo”, será que uma intervenção no construído, ou no desenhado em projecto de arquitectura e arquitectura paisagista, é suficiente?</p>
2.1. Âmbito (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)	
2.2 Objeto (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)	<p>A arquitectura e a arquitectura paisagistas são disciplinas e formas de ver o território essenciais, mas também o são muitas outras, que se debruçam sobre o funcionamento ecológico ou sobre as actividades económicas, que de facto constroem, mantêm ou destroem a paisagem, na larga maioria do território. Numa visão territorial questões como a sustentabilidade dos sistemas produtivos, a eficiência no uso dos factores de produção, os serviços de ecossistema,</p>

conservação da natureza, preferências e dinâmicas territoriais, assim como a sua dimensão social e económica são essenciais. E notamos com estranheza que estas dimensões não estão reflectidas no objecto sobre o qual esta política incide. De facto, aqui, a paisagem é entendida como um domínio da arquitectura e da arquitetura paisagista o que não reproduz “uma política de carácter transversal” no âmbito da gestão, conservação e estudo da paisagem. É assim desperdiçada uma oportunidade única de valorizar, consciencializar, integrar e inovar na forma como é tratada no quotidiano a paisagem no nosso país, num território que é ainda em mais de 90%, rural.

2.3 Fundamentos (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

2.4 Desafios (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

O desafio principal, sobre o qual esta proposta de PNAP não se aproxima sequer, é o da integração das preocupações de paisagem nas actividades económicas e nos agentes das mesmas, que de facto constroem, mantêm, destroem a paisagem, através das suas decisões no quotidiano. Estes agentes e estes sectores reconhecem hoje em dia as mais-valias dos serviços dos ecossistemas e da consideração da identidade e da qualidade da paisagem. Mas uma integração em políticas, instrumentos, análises, e discursos, é necessária. Esse sim, seria o desafio que se enquadra no espírito da Convenção Europeia da Paisagem. E que lamentavelmente é ignorado nesta proposta de PNAP.

Contributos relativamente ao Capítulo 3 - Ambição

3.1 Visão (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Reconhecemos que a arquitetura e a arquitetura paisagista deverão ser também pilares da definição de um PNAP, no entanto os desenvolvimentos científicos e de representação institucional conseguidos em Portugal em domínios da dinâmica social, da agricultura e actividades económicas no rural, da ecologia e da conservação da natureza, são essenciais e não podem ser desconsiderados. Numerosos trabalhos científicos e aplicações na prática demonstram a capacidade de intervenção destas abordagens, ao mesmo tempo que evidenciam que uma abordagem científica, holística e sistémica (e portanto não centrada no rural ou no urbano exclusivamente) é possível. Tentar “potenciar a Arquitetura e a Paisagem como recursos estratégicos das políticas de desenvolvimento do País sem incluir a real dimensão da Paisagem enquanto recurso e valor ecológico, social e económico, parece-nos não só redutor como também minimizador dos eventuais efeitos positivos decorrentes da implementação desta PNAP.

3.2 Princípios orientadores
(Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Propomos a inclusão da “Valorização ecológica e do património natural” e da “Sustentabilidade da agricultura, e a sua inserção territorial e paisagística” como princípios orientadores a acrescentar aos existentes. A par dos restantes princípios, propomos uma redação do tipo: “As funções ecológicas desempenhadas pela Paisagem assim como a sua conservação e proteção são um direito e um dever inalienável das populações que ocupam ou visitam o território português. Neste contexto, é incumbência do estado português zelar pela definição de programas e leis que promovam intervenções na paisagem que permitam uma interação equilibrada entre as expectativas de desenvolvimento social e económico e a manutenção de importantes processos e funções ecológicas.” E ainda “A agricultura senso lato é a actividade que no quotidiano mais contribui para a qualidade e caracter da paisagem portuguesa. Devem assim ser integrados princípios de integração territorial e qualidade paisagística nas políticas públicas que condicionam opções de usos e de sistemas produtivos no âmbito do sector agrícola”.

Contributos relativamente ao Capítulo 4 - Objetivos

4.1 Qualidade de vida (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Considerando a abrangência e transversalidade que deveria ter a PNAP propomos a inclusão dos seguintes objectivos: “A protecção e valorização do património natural e ecológico português” “A protecção e a preservação dos sistemas produtivos que contribuem para a qualidade e caracter da paisagem rural em Portugal” “A integração do impacto territorial e paisagístico na definição e avaliação das políticas públicas que condiciona e influenciam as opções de gestão no sector agrícola, a várias escalas de governança”.

4.2 Sustentabilidade (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Considerando a abrangência e transversalidade que deveria ter a PNAP propomos a inclusão dos seguintes objectivos: “A protecção e valorização do património natural e ecológico português” “A protecção e a preservação dos sistemas produtivos que contribuem para a qualidade e caracter da paisagem rural em Portugal” “A integração do impacto territorial e paisagístico na definição e avaliação das políticas públicas que condiciona e influenciam as opções de gestão no sector agrícola, a várias escalas de governança”.

4.3 Cultura e património (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Considerando a abrangência e transversalidade que deveria ter a PNAP propomos a inclusão dos seguintes objectivos: “A protecção e valorização do património natural e ecológico português” “A protecção e a preservação dos sistemas produtivos que contribuem para a qualidade e caracter da paisagem rural em Portugal” “A integração do impacto territorial e paisagístico na definição e avaliação das políticas públicas que condiciona e influenciam as opções de gestão no sector agrícola, a várias escalas de governança”.

4.4 Educação, participação e sensibilização (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Considerando a abrangência e transversalidade que deveria ter a PNAP propomos a inclusão dos seguintes objectivos: “A protecção e valorização do património natural e ecológico português” “A protecção e a preservação dos sistemas produtivos que contribuem para a qualidade e caracter da paisagem rural em Portugal” “A integração do impacto territorial e paisagístico na definição e avaliação das políticas públicas que condiciona e influenciam as opções de gestão no sector agrícola, a várias escalas de governança”.

4.5 Economia e internacionalização (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Considerando a abrangência e transversalidade que deveria ter a PNAP propomos a inclusão dos seguintes objectivos: “A protecção e valorização do património natural e ecológico português” “A protecção e a preservação dos sistemas produtivos que contribuem para a qualidade e caracter da paisagem rural em Portugal” “A integração do impacto territorial e paisagístico na definição e avaliação das políticas públicas que condiciona e influenciam as opções de gestão no sector agrícola, a várias escalas de governança”.

Contributos relativamente ao Capítulo 5 - Implementação

5.1 Modelo de governação (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

Tendo em conta o paradigma que parece estar subjacente a toda a construção deste política, o modelo de governação proposto é coerente. Mas resta justificar como é que a Comissão Executiva, com unicamente um representante da OA e um da APAP, como especialistas, vão conseguir trabalhar para o “crescimento de base territorial sustentável, inteligente e inclusivo, sem a interacção com mais nenhum especialista, tanto do domínio agronómico, como florestal, como social e ainda ecológico.

5.2 Parceiros (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)

As bases definidas contemplam exclusivamente a promoção e divulgação da intervenção da arquitectura e da arquitectura paisagista. Num território que em mais de 90% é rural, e onde a paisagem depende das condições biofísicas, de processos ecológicos, de actividades económicas e de valores daqueles que no quotidiano tomam decisões sobre o uso da terra, esta limitação é no mínimo redutora, quiçá parcial. Não nos parece possível definir e implementar uma política que de facto se debruce sobre a paisagem e os valores desta em Portugal, com as bases definidas neste documento. Somos assim da opinião que esta política deveria ser reformulada na sua essência, de forma a contemplar os valores e dinâmicas ecológicos, culturais, económicos e sociais em Portugal.

5.3 Bases para o Plano de Ação (Escreva seguidamente os seus contributos, até um máximo de 1500 caracteres, incluindo espaços.)